



CONTRATAÇÕES PÚBLICAS



Julgados

Desclassificação de Propostas para Contratação de Serviços Terceirizados (Gestão da Logística)

[Acórdão 511/2025 Plenário](#). Nos editais de licitação para contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, é lícito prever que serão desclassificadas propostas que adotarem, na planilha de custos e formação de preços, valores inferiores aos orçados pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação.

Exigência de Capital Social (Gestão da Logística)

[Acórdão 610/2025 Plenário](#). É indevida a exigência, como condição de habilitação econômico-financeira, de capital social integralizado mínimo, por extrapolar o comando contido no art. 69, § 4º, da [Lei 14.133/2021](#), o qual prevê tão somente a exigência de capital social mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, além de restringir desnecessariamente a competitividade do certame.

Atestado de Capacidade Técnica (Gestão da Logística)

[Acórdão 519/2025 Plenário](#). A comprovação da prestação de serviços constantes de atestado de capacidade técnica, quando solicitada, deve ser feita mediante nota fiscal, e não por meio de recibo, compreendendo todo o período mencionado no atestado.

Desclassificação Irregular de proposta de Licitante (Gestão da Logística)

[Acórdão 641/2025 Plenário](#). É irregular a desclassificação de proposta de licitante em razão de vícios sanáveis mediante diligência, por afronta ao art. 64, inciso I e § 1º, da Lei 14.133/2021 e aos arts. 39, § 7º, e 41 da IN Seges – ME 73/2022, bem como aos princípios da isonomia, da competitividade e da economicidade.

Representação sobre Possíveis Irregularidades em Pregão Eletrônico (Gestão da Logística)

[Acórdão 763/2025 Plenário](#). É irregular a inabilitação de licitante exclusivamente em razão de ter sido declarada inidônea pelo TCU (art. 46 da [Lei 8.443/1992](#)), caso ainda não tenha havido o trânsito em julgado da deliberação sancionatória, pois é a partir desse marco que se inicia a contagem do prazo para o cumprimento da penalidade.

Ausência em Estudos Técnicos Preliminares da Contratação (Gestão da Logística)

[Acórdão 764/2025 Plenário](#). Em licitações para locação de equipamentos, a ausência, nos estudos técnicos preliminares da contratação, da identificação de diversos modelos existentes no mercado que possam atender às especificações exigidas, bem como de justificativas para exigências restritivas à competitividade, afronta o art. 9º, inciso I, alínea “a”, da [Lei 14.133/2021](#) e o art. 9º, § 2º, da IN Seges-ME 58/2022.

Revogação de Certame Licitatório (Gestão da Logística)

[Acórdão 2251/2025 Primeira Câmara](#). A revogação de certame licitatório só pode ocorrer diante de fatos supervenientes que demonstrem que a contratação pretendida tenha se tornado inconveniente e inoportuna ao interesse público. Ao constatar que a motivação da revogação foi genérica e incapaz de demonstrar sua real necessidade, pode o TCU determinar ao jurisdicionado que anule o ato revogatório, a fim de permitir a continuidade da licitação.

Dúvidas podem ser dirimidas junto à CGORI/CISET pelo e-mail cgori@defesa.gov.br